

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Política Indig. Oficial - MinC

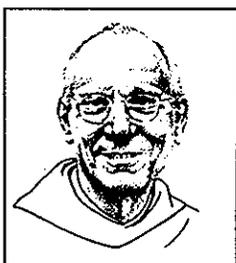
Data: 27/07/94 Pg.: PINR 2143

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO

O indigenismo romântico

Há muitas causas nobres e legítimas que, evadidas pelo modismo novidadeiro, pelo romantismo sentimental e pela precipitação dos que procuram se mostrar em dia, acabam sendo moeda falsa ou contrafação. Ecologia é coisa séria, mas a mania ou modismo ecológicos corrompe-lhe a natureza: torna-se outra coisa. Há também um indigenismo sadio e um indigenismo, a um tempo, ativista e vazio, que não só se deteriora, mas acaba desumano, em detrimento do próprio índio.

É a reflexão que me vem ao ler, num jornal carioca (1/7), que o Conselho Estadual de Educação do Rio aprovou, na sessão de 28/6, por unanimidade (mirabile dictu!) o projeto de seu presidente, que inclui, no currículo do segundo grau, o ensino de tupi-guarani. Entre surpreso e inquieto, pensei comigo: *deu a louca no conselho*. Imaginemos, pois — e como diria Vieira, só o imaginado faz horror —, as escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, já pleto-radas pelos novos encargos educacionais, técnicos e científicos que cada vez mais lhe são atribuídos,



Conservar o índio como uma espécie de museu humano é um crime

ameaçadas (já não direi a escola, mas a criança, o ser humano em busca do amadurecimento) com o Espanhol obrigatório, imposição do Mercosul, sem lugar para o Latim, cujo alcance cultural, cujo estudo como encontro com as nossas raízes de língua e civilização é de muito maior significação, imaginemos essas escolas (e pensemos no sufoco das crianças, para as quais elas existem) retirando o Inglês ou diminuindo a carga horária de Português para criar espaço para o tupi-guarani. Imaginemos essas escolas à cata de um professor que não existe, de uma literatura que não encontrou letras para ser escrita, de uma gramática que as livrarias desconhecem, de um livro texto que nenhum Guttenberg do século 16 ou 17 do Brasil tenha feito vir à luz. Parece que se pensa na escola como um lugar divertido, sem compromisso, onde se procuram curiosidades para matar o tempo. E isso, hoje, neste século quase 21, em que o ensino secundário assume uma função formadora do homem — do homem livre e plenificado — que nos séculos anteriores não teve tão grande e tão decisiva.

Felizmente, o espanto inicial se vai amainando. Não porque a medida deixa de ser tola, ou bizarra, como dela disse o acadêmico Ledo Ivo com muita lucidez, reclamando, até, que se ocupe melhor o tempo, para ensinar Português, não só para escrever com arte, mas porque a língua materna nos é necessária não tanto para nos comunicarmos, mas para pensar. O homem é um ser que fala — aprende a falar. O espanto esmaece porque a medida é inócua. A competência dos conselhos estaduais é de relacionar matérias (matérias, isto é, indicações genéricas) para que as escolas tirem daí as disciplinas concretas (Lei nº 7.044, artigo 5, § único, letras b e c). De resto, entender tupi-guarani como uma matéria já é um equívoco: para que disciplinas específicas se abriria esse gênero? Além disso, se numa escola de Roraima, onde o ensino da fala tupi-guarani poderia ser ministrado, com razão, para assegurar a sua permanência, a Resolução nº 6, de 26/11/86, do Conselho Federal de Educação já autoriza. No mínimo, é chover no molhado.

Duas observações finais, nos limites do espaço. Não fica bem a um conselho chover no molhado e empregar seu tempo num diletantismo vazio. Parece, até, que o órgão não tem o que fazer ou não tem tarefas próprias. É por essas que um homem de estirpe intelectual do pro-

fessor Adib Jatene, credor de um grande serviço à gente brasileira, apareceu nos jornais, há dias, para propor o fechamento do conselho, por sua inutilidade. Os conselhos são indispensáveis como instrumento de uma democracia educacional, por permitir que as leis não sejam minuciosas e deixem lugar para a flexibilidade. Seus membros nem sempre são bem escolhidos — eu já fui membro do conselho —, mas com esse argumento se fechariam os tribunais, o Congresso e a própria Presidência da República.

A segunda observação se refere ao indigenismo sentimental acima assinalado. Essa idéia de deixar o índio ser o que ele é, sem ser ajudado a sair de seu primitivismo, é desumana. O homem é um ser perfectível e comunicativo. Por ser perfectível precisa e tem direito à educação; por ser comunicativo tem o direito de ser ajudado pelo outro para ser, não o que é, mas o que deve ser, isto é, para sair do primitivismo e se erguer para a plenitude humana, participando dos bens da cultura e da civilização. Conservá-lo como uma espécie de museu humano, como espetáculo para uma visão perversa de desumano arqueologismo, é um crime contra o homem.

■ Dom Lourenço de Almeida Prado, reitor do Colégio São Bento (RJ), foi membro dos Conselhos Feceal e Estadual de Educação.